

GÉNERO, EXCLUSÃO SOCIAL E RECONHECIMENTO

A experiência de mulheres em situação de sem-abrigo nos Açores

Joana Paiva Dias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade dos Açores

Daniela Soares

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade dos Açores, e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc), Ponta Delgada, São Miguel, Açores, Portugal

Pilar Damião de Medeiros

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade dos Açores, e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc), Ponta Delgada, São Miguel, Açores, Portugal

Resumo Este artigo analisa a situação de mulheres em condição de sem-abrigo na ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores, com base num estudo de natureza exploratória. Foi adotada uma abordagem qualitativa, com recurso a entrevistas semidiretivas a nove mulheres acolhidas numa ONG. A partir das teorias do reconhecimento de Axel Honneth e Nancy Fraser, identificaram-se como fatores estruturantes da exclusão: a precariedade laboral, a ausência de habitação e de redes de suporte, bem como as desigualdades de género. Os resultados revelam a acumulação de múltiplas vulnerabilidades, sublinhando a necessidade de políticas públicas que articulem redistribuição e reconhecimento, de forma a promover justiça social.

Palavras-chave: mulheres, situação de sem-abrigo, género, reconhecimento.

Gender, social exclusion, and recognition: the experience of women in homeless situations in the Azores

Abstract This article analyzes the situation of women experiencing homelessness on the island of São Miguel, in the Autonomous Region of Azores, based on an exploratory study. A qualitative approach was adopted, using semi-structured interviews with nine women hosted by a local NGO. Drawing on the recognition theories of Axel Honneth and Nancy Fraser, the study identifies job insecurity, lack of housing and support networks, and gender inequalities as structural factors of exclusion. The findings reveal an accumulation of multiple vulnerabilities, underscoring the need for public policies that integrate redistribution and recognition to promote social justice.

Keywords: woman, homelessness, gender, recognition.

Genre, exclusion sociale et reconnaissance: l'expérience des femmes en situation de sans-abri aux Açores

Résumé Cet article analyse la situation des femmes en condition de sans-abri sur l'île de São Miguel, dans la Région autonome des Açores, à partir d'une étude de nature exploratoire. Une approche qualitative a été adoptée, reposant sur des entretiens semi-directifs menés auprès de neuf femmes accueillies par une ONG locale. En s'appuyant sur les théories de la reconnaissance d'Axel Honneth et de Nancy Fraser, l'étude identifie comme facteurs structurels d'exclusion: la précarité de l'emploi, l'absence de logement et de réseaux de soutien, ainsi que les inégalités de genre. Les résultats révèlent une accumulation de vulnérabilités multiples, soulignant la nécessité de politiques publiques articulant redistribution et reconnaissance afin de promouvoir la justice sociale.

Mots-clés: femmes, sans-abri, genre, reconnaissance.

Género, exclusión social y reconocimiento: la experiencia de mujeres en situación de calle en los Azores

Resumen Este artículo analiza la situación de mujeres en condición de calle en la isla de São Miguel, en la Región Autónoma de los Azores, basado en un estudio de naturaleza exploratoria. Se adoptó un enfoque cualitativo, utilizando entrevistas semidirigidas a nueve mujeres acogidas en una ONG. A partir de las teorías del reconocimiento de Axel Honneth y Nancy Fraser, se identificaron como factores estructurantes de la exclusión: la precariedad laboral, la ausencia de vivienda y de redes de apoyo, así como las desigualdades de género. Los resultados revelan la acumulación de múltiples vulnerabilidades, subrayando la necesidad de políticas públicas que articulen redistribución y reconocimiento, con el fin de promover la justicia social.

Palabras-clave: mujeres, situación de calle, género, reconocimiento

Introdução

A condição de sem-abrigo constitui uma das expressões mais extremas da exclusão social. Tradicionalmente associada a uma realidade masculina, esta condição revela contornos específicos quando vivida por mulheres, frequentemente invisibilizadas pelas definições institucionais e pelas respostas sociais. Em Portugal, e particularmente nos Açores, a situação de sem-abrigo no caso das mulheres permanece um fenómeno invisibilizado e pouco explorado, tanto do ponto de vista empírico como teórico.

Face à escassez de investigação sobre esta realidade no contexto açoriano, o objetivo foi explorar e conhecer melhor as dinâmicas sociais que afetam estas mulheres. Assim, neste artigo analisa-se a situação de mulheres em condição de sem-abrigo na ilha de São Miguel, nos Açores, a partir de uma perspetiva crítica de género. Pretende-se, portanto, compreender como a desigualdade de género, a violência doméstica, a precariedade laboral e a ausência de redes de suporte contribuem para processos de exclusão.

Procura-se, neste artigo, evidenciar de que forma a desigualdade de género contribui para a construção da situação de sem-abrigo experienciada por mulheres na ilha de São Miguel, nos Açores, destacando-se três objetivos centrais: (i) identificar fatores de risco que conduzem mulheres à situação de sem-abrigo, (ii) compreender os desafios específicos enfrentados por estas mulheres numa perspetiva de género, e (iii) refletir sobre a relação entre desigualdade de género e as esferas do reconhecimento e da redistribuição.

A análise parte da articulação entre as teorias do reconhecimento de Axel Honneth e Nancy Fraser, procurando explorar como a ausência de reconhecimento e a injustiça redistributiva se entrelaçam potenciando processos de exclusão.

Através de uma abordagem qualitativa, com recurso a nove entrevistas semidiretivas, pretende-se dar visibilidade a estas mulheres e compreender os fatores que contribuíram para a sua situação de sem-abrigo. A amostragem foi racional e articulada com a equipa técnica da instituição, garantindo critérios éticos e de proteção das participantes. A análise de conteúdo categorial permitiu identificar padrões e dimensões transversais às experiências relatadas.

A análise centra-se na interseção entre género, pobreza, desafiliação e violência, propondo uma leitura crítica que desafia a impossibilidade das políticas públicas e das categorias analíticas dominantes.

Género, exclusão social e reconhecimento

A situação de sem-abrigo manifesta-se num contexto de pobreza extrema e exclusão social, quando a pessoa que enfrenta esta condição não dispõe dos recursos nem do suporte da comunidade necessários para aceder a um alojamento adequado. Esta realidade pode conduzir a uma rutura com o mercado de trabalho, a família, as redes de apoio e os recursos materiais (Bento e Barreto, 2002: 26-27). É frequentemente identificada pela ocorrência de determinados acontecimentos de vida, como traumas, défice de recursos económicos, fragilidade das redes de suporte familiar e social, e consumo de substâncias psicoativas. A violência doméstica, bem como a depressão e outras doenças mentais, podem igualmente contribuir para uma situação de sem-abrigo (Brasoveanu, 2021: 297-299). Assim, este fenómeno pode ter raízes tanto estruturais, como individuais (Bento e Barreto, 2002: 32-33).

No âmbito da condição de sem-abrigo surge o fenómeno da desafiliação, onde esta surge do culminar de vários episódios em simultâneo, como precariedade laboral, fracas relações sociais, obstáculos ao acesso ao mercado laboral, conduzindo deste modo ao isolamento social (Amaro, 2015: 186-187). A desafiliação é uma característica comum de realidades e contextos de profundo materialismo, individualismo e desemprego, surgindo também a partir de três dimensões, como por exemplo no desequilíbrio do mercado laboral, na criação e implementação de políticas sociais cada vez mais focadas numa perspetiva individual e consequentemente no aumento do individualismo (Amaro, 2015: 189-190).

Este fenómeno revela-se complexo devido à multiplicidade de fatores que o influenciam. Para uma melhor categorização deste fenómeno, a Feantsa (European Federation of National Organisations Working with the Homeless) criou o modelo Ethos (European Typology of Homelessness and Housing Exclusion), que contempla várias dimensões da situação de sem-abrigo, nomeadamente: situação de sem-alojamento (pessoas que vivem na rua e em alojamento de emergência), ausência de alojamento (pessoas em lares de alojamento para homens, mulheres e imigrantes ou pessoas que saíram de instituições e que necessitam de acompanhamento em alojamento), habitação precária (pessoas que vivem em habitação precária, em risco de despejo ou vítimas de violência doméstica) e, por fim, habitação inadequada (pessoas que vivem em estabelecimentos que não se enquadram nas normas sociais, em alojamento inapropriado ou em contexto de sobrepopulação) (McNeill *et al.*, 2022: 3).

Em Portugal, são utilizadas apenas duas categorias definidas pelo programa ENIPSSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em situação de Sem Abrigo): “sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou em local precário; sem casa, encontrando-se em equipamento de acolhimento temporário destinado para o efeito” (GIMAE 2018: 9).

Em termos estatísticos relativos à realidade açoriana, era na ilha de São Miguel que se concentrava o maior número de pessoas em situação de sem-abrigo (75,7%), sobretudo no concelho de Ponta Delgada. Este município, o mais populoso dos Açores, registava, a 31 de dezembro de 2020, 344 pessoas nesta situação (70%

de um total de 493 nos Açores). Importa referir que, à data, Ponta Delgada era o quinto concelho do país com a maior proporção de pessoas em situação de sem-abrigo (Fontes, Fernandes e Fernandes, 2022: 71-72).

A 31 de dezembro de 2020, no concelho de Ponta Delgada, verificava-se que 82% das pessoas em situação de sem-abrigo eram do sexo masculino e 18% do sexo feminino (H: 282; M: 62). Relativamente à condição de “sem teto”, 84% eram do sexo masculino e 16% do sexo feminino (H: 61; M: 12). No que diz respeito à condição de “sem casa”, 82% correspondiam ao sexo masculino e 18% ao sexo feminino (H: 221; M: 50) (Fontes, Fernandes e Fernandes, 2022, anexo 6).

Para uma melhor compreensão sociológica do fenómeno em questão, recorremos ao à teoria da redistribuição de Nancy Fraser. Inspirada na teoria do reconhecimento de Axel Honneth, Fraser (2012) afirma ser fundamental ir para além da esfera do “reconhecimento” e interligar com a esfera da “redistribuição”. No contexto da redistribuição, as implicações são particularmente relevantes em relação à classe social, uma vez que, em um sistema que prioriza a redistribuição, o foco recai sobre as relações de mercado e os meios de produção. Em contrapartida, e no que diz respeito ao reconhecimento, as implicações manifestam-se na desvalorização das identidades, visando incorporar e integrar as diferenças de diversos grupos estigmatizados, que são afetados pelas consequências desse não reconhecimento, como, por exemplo, a questão de género (Fraser, 2007a: 102). Além disso, segundo Fraser (2007a), é impossível priorizar uma esfera em detrimento da outra; reconhecimento e redistribuição devem coexistir, pois essa interdependência é a única maneira de garantir justiça em termos de igualdade social e respeito pela diversidade (Fraser, 2007a: 103).

O género entra nesta equação condicionando o funcionamento da economia política através da divisão do trabalho remunerado e trabalho doméstico, colocando o trabalho doméstico maioritariamente vivido pelas mulheres. Além dessa “injustiça distributiva”, o género é também afetado pela valorização cultural, que constitui uma componente essencial do reconhecimento social. Nesse contexto, a inserção do género numa sociedade androcêntrica resulta na vulnerabilidade das mulheres a diversas formas de violência, discriminação e inferiorização, perpetuando uma desvantagem significativa em relação aos homens (Fraser, 2006: 233-234).

O género exerce uma influência significativa no mercado de trabalho, uma vez que condiciona o valor remuneratório associado a cada profissão. Ora vejamos, por exemplo, os recentes dados da Pordata (2025: 2) que evidenciam que “as mulheres em Portugal ganham, em média, menos 16% do que os homens, com uma diferença de 238 no ganho médio mensal. A desigualdade salarial aumenta com a progressão na carreira, atingindo uma diferença de 26% nos cargos de topo, o que equivale a menos 760 por mês para as mulheres”. Neste contexto, as mulheres frequentemente ocupam uma posição de maior fragilidade laboral, enfrentando desigualdades salariais que são o reflexo de preconceitos estruturais e de discriminações históricas profundamente enraizadas. De acordo com Fraser, a solução para ultrapassar tal discriminação de género reside também na transformação das perspetivas de género dentro da sociedade androcêntrica. Para alcançarmos a justiça de género é fundamental implementar tanto medidas de redistribuição, bem como de reconhecimento (Fraser e Honneth, 2003: 20-22).

No contexto da situação de sem-abrigo feminino, as mulheres são frequentemente consideradas uma subcategoria dentro do fenómeno do sem-abrigo, que é predominantemente caracterizado pela presença masculina. Essa dinâmica contribui para a invisibilidade das mulheres nessa condição. Assim, é crucial analisar essa realidade sob a ótica da desigualdade de género, uma vez que existe uma forte correlação entre a situação de sem-abrigo das mulheres e a violência doméstica. Além disso, fatores como a pobreza e a precariedade são identificados como riscos significativos que perpetuam a condição de sem-abrigo entre este grupo (Bretherton e Mayock, 2021: 5).

A invisibilidade da mulher em situação de sem-abrigo está igualmente relacionada com a forma como a situação de sem-abrigo é definida. Por exemplo, mulheres que, por motivos de abuso ou por outras razões, ficam sem a sua habitação, são maioritariamente classificadas como vítimas de violência doméstica (Baptista, 2010; Jones *et al.*, 2010; Quilgars e Pleace, 2010; todos estes *apud* Bretherton, 2017: 3). A violência doméstica desempenha um papel central nesse contexto, sendo frequentemente identificada em diversos estudos como uma causa subjacente da condição de sem-abrigo, resultando na sub-representação deste grupo. Reeve (2018: 167) destaca a relevância do género na relação entre as mulheres e a situação de sem-abrigo, enfatizando a invisibilidade e a vulnerabilidade que essas mulheres enfrentam. A perceção social das mulheres, bem como os papéis que lhes são atribuídos, exerce uma influência significativa nessa dinâmica. Além da violência doméstica, muitas mulheres em situação de sem-abrigo apresentam baixos rendimentos e ocupações precárias, fatores que são particularmente prevalentes entre este grupo. Essa realidade indica que, para mulheres com recursos económicos limitados e com antecedentes de agressão doméstica, a condição de sem-abrigo pode ser percebida como a única alternativa viável. Além de enfrentarem insegurança nas ruas, essas mulheres sentem a necessidade de desenvolver estratégias de proteção num contexto social que é ainda amplamente dominado por estruturas patriarcais (Reeve, 2018: 168).

No contexto português, Ferraz (2020) refere que estas mulheres em situação de sem-abrigo optam pela invisibilidade, porque se sentem mais expostas e na iminência de sofrer violência de género e assédio (Ferraz, 2020: 36). É consensual, mesmo a nível internacional e português, que a invisibilidade e vulnerabilidade das mulheres em situação de sem-abrigo é um fenómeno bastante presente e que esta invisibilidade resulta deste medo, desta insegurança, da vergonha que sentem por serem mulheres e por estarem sem abrigo, como se de certa forma se sentissem que “falharam” nos papéis que a sociedade lhe impôs.

Através de um estudo qualitativo com enfoque nas trajetórias de vida, Nobre (2020) conclui que o género teve um impacto determinante no percurso até se encontrarem em situação de sem-abrigo, nomeadamente a violência de género sofreu tanto em ambiente familiar como também nos seus relacionamentos pessoais. A questão do género também se verifica na instabilidade laboral que experienciaram, tal como nos próprios trabalhos que tiveram, como por exemplo na área das limpezas, copeira, serviços pessoais e domésticos, áreas que são predominantemente femininas e com baixa remuneração (Nobre, 2020: 348).

É notável a diversidade de causas que podem levar as mulheres à situação de sem-abrigo, incluindo uma maior predisposição à pobreza, exclusão social e vulnerabilidade. Essas causas exigem uma análise mais aprofundada do fenómeno da mulher em situação de sem-abrigo, adotando uma perspetiva interseccional que considera as especificidades de género. Enquanto os homens sem-abrigo enfrentam desafios relacionados principalmente com a falta de habitação e emprego, as mulheres frequentemente enfrentam uma dupla discriminação, pois a sua condição de sem-abrigo é exacerbada por fatores como a violência de género e a responsabilidade familiar. Essa intersecção de desigualdades torna a situação das mulheres sem-abrigo particularmente complexa e urgente, requerendo uma abordagem diferenciada nas políticas de apoio e intervenção. (Lopes, 2017: 28).

Metodologia de investigação e amostragem

O objetivo deste estudo foi explorar o impacto da desigualdade de género na construção da situação de sem-abrigo. Para tal, recorreu-se a uma abordagem metodológica qualitativa, com a realização de entrevistas semidiretivas, uma vez que esta técnica se insere num modelo em que as questões não são demasiado abertas nem fechadas (Quivy e Campenhoudt, 1998: 192).

No que respeita à amostragem, foi utilizada a técnica da seleção racional, que consiste na escolha de participantes com características muito específicas, incluindo características desviantes, com o propósito de estudar um fenómeno invulgar ou pouco explorado (Fortin, 1999: 209). Assim, para a inclusão das participantes no estudo, foi necessário ter em consideração a sua disponibilidade emocional. Por esse motivo, a seleção foi realizada em articulação com a equipa técnica de uma ONG, tendo em conta, por um lado, o princípio da inclusão apenas de mulheres com estados psicológicos e físicos estáveis, de modo a “procurar evitar que da recolha, utilização e divulgação de informação decorram prejuízos para quem a presta ou para aqueles acerca de quem a informação é prestada”, como indica o artigo 8.º do Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia (APS, 1992). Por outro lado, a voluntariedade da participação constituía-se como uma condição obrigatória. Foi garantido que a participação era totalmente voluntária e explicado que a recusa em participar não teria qualquer impacto nos apoios sociais ou nos vínculos das utentes à ONG. Por esse motivo, foi essencial considerar a abertura e disponibilidade das utentes para serem entrevistadas.

É de salientar que estas mulheres recorrem à ONG por motivos particularmente delicados e por se encontrarem em situação de extrema vulnerabilidade, o que dificulta o estabelecimento da relação de confiança necessária à realização das entrevistas. Por esse motivo, a articulação com a equipa técnica revelou-se fundamental.

Por motivos éticos e com o intuito de garantir o anonimato da forma mais rigorosa possível, não foram traçados perfis individuais, nem apresentadas histórias de vida, nem serão fornecidas informações detalhadas sobre cada caso. Informa-se, apenas, que foram realizadas nove entrevistas, e que as entrevistadas tinham

idades compreendidas entre 27 e 72 anos. Estas nove participantes, de um total de dez mulheres em situação de acolhimento temporário, ou seja, enquadradas na categoria de “sem casa” como definido pela ENIPSSA, correspondiam à totalidade das que reuniam os critérios previamente referidos: disponibilidade emocional, vontade de participar e condição física e psicológica estável. A décima utente foi excluída pela equipa técnica devido a instabilidade psicológica, uma vez que a realização da entrevista poderia causar sofrimento e comprometer o trabalho que estava a ser desenvolvido pela equipa da ONG. Ainda assim, considerou-se atingida a saturação de informação, tendo em conta, por um lado, o carácter exploratório do estudo, pelo que se optou por incluir apenas participantes enquadradas na condição de “sem casa” e em situação de acolhimento temporário. Por outro lado, importa referir que o critério adotado não foi o da saturação teórica, uma vez que se reconhece a inexistência de cruzamento entre diferentes redes sociais, o que resulta numa população relativamente homogénea. Deste modo, apenas foi possível alcançar uma saturação empírica, condicionada pelo viés amostral de se tratar de mulheres com apoio institucional. Assim, determinou-se que não seriam necessárias mais entrevistas quando a informação se tornou repetitiva e deixou de acrescentar novos dados relevantes para o estudo. Considerando o carácter exploratório da investigação, a saturação empírica foi considerada adequada e metodologicamente consistente com os objetivos do estudo.

Como técnica de análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo categorial, que assenta na fragmentação do texto em unidades de registo posteriormente organizadas em categorias temáticas (Bardin, 2016: 201). Esta abordagem é reconhecida como uma forma de análise descritiva e temática (Guerra, 2006: 63).

As experiências de mulheres em situação de sem-abrigo nos Açores

A situação de sem-abrigo constitui, indiscutivelmente, uma realidade multidimensional, na qual não é possível identificar situações únicas ou lineares que a expliquem de forma inequívoca. A análise das entrevistas permitiu identificar alguns fatores mais recorrentes que contribuíram para a condição de sem-abrigo das participantes neste estudo, bem como aspetos transversais às suas experiências, como o consumo de substâncias psicoativas, a instabilidade familiar, a violência doméstica e a precariedade ou instabilidade laboral. Na maioria dos casos, não existe um fator isolado e determinante, mas sim uma conjugação de múltiplas vulnerabilidades que, de forma cumulativa, conduziram à situação de sem-abrigo.

À luz das teorias do reconhecimento, estas vulnerabilidades podem ser interpretadas como formas de desrespeito nas quais o reconhecimento social (na esfera do amor, dos direitos ou da solidariedade) é negado (Honneth, 2011: 182). Essa ausência de reconhecimento compromete a construção da identidade e da autoestima e agrava os processos de exclusão social (Honneth, 2011: 182).

A instabilidade familiar, para além de se manifestar nas dinâmicas relacionais das entrevistadas, está frequentemente relacionada com a fragilidade das redes de suporte. Uma estrutura familiar estável contribui para a perceção de

segurança e apoio. Quando essa estabilidade está ausente ou comprometida, pode não só favorecer uma situação de sem-abrigo, como também dificultar a saída dessa condição. Um suporte familiar fragilizado constitui, assim, um fator de risco (Fontes, Fernandes e Fernandes, 2022: 80). Das nove entrevistadas, sete revelaram possuir redes de suporte frágeis, sem contacto estável com familiares, amigos ou com a comunidade, o que contribui diretamente para processos de desafiliação e para o reforço do estigma associado à sua condição.

Não. [ausência de contactos familiares] [...]

Desde que estou aqui que não tenho contacto com ninguém. [...] Eu agora sinto-me melhor, mas sinto aquelas saudades dos meus filhos todos, é isso que é o pior para mim. [Entrevistada 5]

Eu telefono para alguém e ninguém faz caso de mim.

“Não vou sofrer malucas”, é o que me dizem. [...] desde que vim pedir ajuda e tudo ninguém quis me dar apoio. Desde que saí de casa. Ninguém. [...] Ninguém de confiança. “A gente” não pode confiar e ninguém. Eu fico guardando para mim, às vezes tenho uma recaída, choro, choro, choro. [Entrevistada 7]

É possível constatar, através dos excertos de sete entrevistadas, que a desafiliação tende a piorar com a condição de sem-abrigo. Esta é uma questão estudada por autores como Amaro (2015), Fontes (2012) e Aldeia (2014), podendo concluir-se que a desafiliação implica uma desagregação social e, consequentemente, tem um impacto profundamente negativo nas pessoas. Inclusive, constatamos nas entrevistas que, muitas vezes, o apoio institucional é o que permite que estas mulheres tenham alguma rede de suporte, o que ainda torna mais importante o suporte das instituições que trabalham com pessoas.

A privação de reconhecimento, como proposto por Honneth, e a ausência de redes de solidariedade, representam, como refere Fraser, formas de injustiça, ao impedirem a plena participação social.

A instabilidade habitacional foi também identificada, caracterizando-se pela ausência de habitação própria e de um contrato de arrendamento formal. Esta situação deixa a pessoa vulnerável às decisões do proprietário e exposta ao risco iminente de perder o alojamento. Foi precisamente o que aconteceu neste caso:

Eu morava numa casa de renda, eu não tinha contrato e a senhoria no dia “X” olhou para mim e disse “tens até dia X para sair daqui porque vou fazer isto de alojamento local para turismo, que eu ganho muito mais”. Do nada! E eu estava desesperada, procurei casa, procurei ajuda nas pessoas e não havia nada disponível no momento com o valor que o meu ordenado pagaria. [Entrevistada 4]

Este testemunho ilustra a precaridade como forma de injustiça tendo a entrevistada ficado numa posição de extrema vulnerabilidade social.

Percursos marcados por dependência de substâncias psicoativas, bem como por doenças do foro psiquiátrico, podem contribuir para percursos que levam a situações de sem-abrigo. Estas condições estão presentes nos relatos de cinco entrevistadas:

No início quando vim para aqui [...] e também pelos consumos de álcool, tinha muitos consumos de álcool. [...] tive de abandonar o trabalho, mandaram-me para casa por justa causa. Tenho pensão de invalidez porque sou bipolar. [Entrevistada 2]

Toxicodependência. Fazia um pouco de tudo. Já experimentei as drogas todas. Comecei na heroína, depois fiquei dois anos na metadona, nunca mais fiz heroína, depois meti-me na sintética. [...] De momento estou em tratamento ainda. [Entrevistada 8]

Meti-me na droga, perdi o meu trabalho, o meu ex-companheiro também andava sempre nisso e eu já tinha dito a ele que dessa vez ia procurar ajuda e lógico que quando saísse não queria voltar à mesma rotina. Fiz o meu tratamento na Casa de Saúde, quando cheguei a casa buscar o resto, fui ver se estava melhor e ele estava igual. Peguei nas minhas coisas e vim para aqui. [Entrevistada 9]

Estes testemunhos revelam a estreita ligação entre toxicodependência, saúde mental e exclusão social. A ausência de reconhecimento (Honneth), aliada a injustiça e desvalorização (Fraser) reforçam a marginalização e a exclusão social.

Verificou-se que três entrevistadas (2, 8 e 9) identificaram o consumo de substâncias psicoativas como causa direta da sua condição de sem-abrigo. No caso das entrevistadas 1 e 7, embora o consumo também tenha feito parte das suas experiências, consideram que outros fatores estiveram na base da sua situação de sem-abrigo. Acresce que duas entrevistadas referem explicitamente sofrer de doenças do foro psiquiátrico, como depressão e bipolaridade.

Ao longo desta investigação, a violência doméstica revelou-se, a par da precariedade e da instabilidade laboral, um fator bastante relevante na construção da condição de sem-abrigo. Esta realidade está intrinsecamente relacionada à desigualdade de género que se manifesta tanto nas relações de intimidade como nas estruturas sociais mais amplas.

Quando eu era pequenina minha mãe casou quatro vezes, tinha muitos maridos, minha mãe levava muita pancadaria, quando eu era pequenina sentia-me insegura porque o marido chegava à casa e dava pancadaria nela. Mas na minha vida *as an adult*, nunca estive nesta situação, só quando meu marido saiu da cadeia. Brigas, violência doméstica, nunca passei nada disso... [Entrevistada 1]

Meu filho foi morar comigo, disse que não bebia, que estava bom, que estava assado e querida... levava muita porrada do meu filho! Não aguentava mais. Já estou aqui há muitos anos [...] vou-lhe dizer uma coisa: eu nunca vi um filho a dar numa mãe! [...] Os meus netos viam, os meus netos [diziam] “não bate na minha avó! [...] Ele podia matar-me que ninguém acudia ali. [Entrevistada 5]

Podemos afirmar, com base nos dados recolhidos, que a violência doméstica tem um impacto direto na situação de sem-abrigo das mulheres, sendo um fator estruturante da desigualdade de género. Das nove entrevistadas, seis foram vítimas de violência doméstica, o que contribuiu inequivocamente para a ausência de habitação e para o agravamento da vulnerabilidade social.

No caso das entrevistadas 8 e 9, a condição de sem-abrigo é multifatorial, marcada sobretudo pela dependência de substâncias psicoativas, mas também pela violência doméstica e pela prostituição, que surgem como elementos agravantes de vulnerabilidade social. A prostituição, nestes contextos, não pode ser dissociada das dinâmicas de exclusão, da ausência de reconhecimento e da desigualdade de género, colocando as entrevistadas numa situação de desvalorização e amplificando a vulnerabilidade.

Tenho um companheiro, mas fala comigo quando quer, está com depressão e está nas drogas [...]. Já não falo com ele há quatro meses. [...] ele também me batia. Eu fazia prostituição e conheci-o como cliente [...] temos muito altos e baixos [...] antes fazia prostituição para arranjar dinheiro para a droga e para os cigarros porque não passo sem tabaco. [Entrevistada 8]

Estive durante oito anos limpa e depois morar com o tal companheiro, chegar a casa e via, chegar a casa e via, chegou a um ponto que não deu, pus-me a consumir também. Ele também já se estava a tornar agressivo, atirou-me um cofre de ferro [...] eu disse “chega, para mim basta”. [...] A minha família também não me aceitava, pôs-me na rua aos 16, tive de me desenrascar, estive na prostituição, depois conheci certas associações que me ajudaram em certas coisas e foi sempre assim. [Entrevistada 9]

Estas experiências ilustram formas de desrespeito bem como injustiças que se reforçam mutuamente. A violência de género, a estigmatização da prostituição e a ausência de suporte familiar contribuem, no caso das entrevistadas, para a reprodução de processos de exclusão.

A precariedade e/ou instabilidade laboral, embora não surjam como causas diretas para a situação de sem-abrigo, também estão presentes nos percursos das entrevistadas. Apesar de terem tido experiências laborais, os vínculos foram marcados por instabilidade e baixos salários. As categorias profissionais mais frequentes são restauração/cozinha, limpeza e cuidados, que são setores altamente feminizados e socialmente desvalorizados.

Reformada. [...] Trabalhei durante a minha vida toda. Trabalhava em lares, lavava idosos, casas particulares. [Entrevistada 5]

Sou reformada. [...] Tenho depressão crónica, problemas na coluna. [...] Trabalhei muitos anos como empregada doméstica e [...] [em] firmas de limpeza (...) e que remédio, não tinha estudos e tinha de o fazer. [Entrevistada 7]

Não [não está a trabalhar]. Antes trabalhava como copeira. Sempre trabalhei em restauração, em hotéis a arrumar quartos. [Entrevistada 9]

A análise das entrevistas permite concluir que a precariedade laboral é um padrão transversal, com forte componente de género. Podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho e a desvalorização das profissões mais feminizadas são formas estruturais de injustiça (Fraser), que limitam o acesso das mulheres à autonomia financeira e aumentam a vulnerabilidade social.

Estas características são também abordadas no estudo de Nobre (2021), com enfoque no norte da cidade de Lisboa. A autora conclui que as questões de género tiveram um impacto significativo nas experiências das mulheres em situação de sem-abrigo, sendo a violência doméstica e a escassez de recursos económicos e sociais fatores determinantes na sua condição (Nobre, 2021: 320-337).

No campo do reconhecimento, é indispensável destacar as necessidades e ambições partilhadas com outros membros da sociedade. O desejo de um “futuro” melhor, distante da situação de sem-abrigo e com o restabelecimento dos laços familiares é um desejo manifestado por todas as entrevistadas.

Primeiro a minha segurança e o resto é devagarinho. Sem segurança não se vai a lado nenhum. [Entrevistada 1]

Arranjar casa. Primeiro é a estabilidade dos meus filhos, na escola, para depois arranjar um trabalho e a casa e refazer a minha vida. [...] Se eu tivesse... Muita coisa mudava, muita coisa que eu não fiz e fazia agora... muita... talvez não estivesse nessa situação. [Entrevistada 3]

É ter os meus outros filhos, mas sei que eles estão bem neste momento. O objetivo é ter uma vida comum igual às outras pessoas, ter o meu trabalho, a minha casa com os meus filhos. É isso. [Entrevistada 6]

Meu maior objetivo é retornar a viver com a minha família. Sinto muita falta [...]. Já estou mais calma, já estou melhor com a medicação nova, já não sou a mesma que era antes, a vida “aprendeu-me” muito, foi uma situação que não estava contando, fez-me ver as coisas de outra maneira, como deve ser e como não deve ser. [Entrevistada 7]

Ao longo das entrevistas, é unânime a valorização de práticas comuns a outros membros da comunidade, como a necessidade de segurança, habitação, trabalho, independência, vínculos afetivos, relações interpessoais saudáveis e proximidade à família e aos filhos. Verifica-se, assim, uma profunda necessidade de integração social.

Esta questão está diretamente relacionada com a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, que defende que o indivíduo só consegue interiorizar os seus direitos quando estes são reconhecidos pelos outros (Honneth, 2011: 111). O reconhecimento social é, portanto, condição para a autoconfiança, para a participação plena na vida coletiva e, em última instância, para a (re)construção identitária após a experiência da situação de sem-abrigo. A ausência de reconhecimento impede o acesso a uma vida considerada “normal” e reforça o sentimento de exclusão.

Simultaneamente, a ausência de habitação e os percursos marcados por precariedade laboral, desafiliação e violência de género levaram estas mulheres a uma

situação de pobreza e de exclusão social extrema, implicando o recurso a apoios institucionais. Esta realidade evidencia que os fatores estruturais que afetam estas mulheres estão intrinsecamente ligados à necessidade de medidas de redistribuição, tal como propõe Nancy Fraser (2003). A ausência de acesso a recursos básicos como habitação e trabalho digno reflete uma carência de justiça redistributiva, que compromete a possibilidade de inclusão social.

É bem sabido que para alcançar a justiça social é imprescindível fortalecer tanto a redistribuição, quanto o reconhecimento. Ora, a redistribuição está intrinsecamente relacionada às estruturas socioeconómicas da sociedade, abrangendo aspetos como o acesso à habitação, ao emprego e à proteção social. Esses elementos são essenciais para assegurar condições materiais mínimas que possibilitem a realização da justiça social. Em contrapartida, o reconhecimento desempenha um papel crucial na luta contra o estigma e a dominação cultural (Fraser, 2003: 13-15). Conforme argumenta Fraser, apenas a articulação entre reconhecimento e redistribuição viabiliza uma integração efetiva na comunidade, permitindo o acesso a uma vida digna, caracterizada por práticas e aspirações compartilhadas. Essa ligação é fundamental para promover um ambiente social equitativo e inclusivo.

Como referido anteriormente, verificou-se, ainda, nas entrevistas, a presença de desafiliação, fenómeno que tende a agravar-se após a entrada na situação de sem-abrigo. Constatou-se que, frequentemente, o apoio institucional constitui a única rede de suporte disponível, o que reforça a importância do papel das instituições que trabalham com este público. Bento e Barreto (2002) alertam para a importância de olharmos para a situação de sem-abrigo como uma condição que provoca grande sofrimento ao indivíduo que a vivencia, conduzindo igualmente a uma maior sensação de desconexão (Bento e Barreto, 2002: 96).

É possível identificar uma associação entre a condição de sem-abrigo e a violência de género que, sendo dirigida a mulheres, constitui uma manifestação evidente de desigualdade estrutural de género. A instabilidade ou precariedade laboral alia-se à violência doméstica e, por vezes, ao consumo de substâncias psicoativas e à prostituição, exemplificando uma sequência de experiências negativas, vividas por estas mulheres, que as fazem entrar numa espiral descendente de exclusão. Trata-se de um ciclo de violência de género que reflete desigualdades profundamente enraizadas, em sociedades patriarcais, o que diferencia, de forma significativa, os percursos de homens e de mulheres em situação de sem-abrigo. No caso das mulheres, estes fatores são centrais nas causas e nos riscos associados à exclusão.

Embora os fatores envolvidos sejam pluridimensionais e heterogêneos, os que se destacam são precisamente aqueles que refletem experiências predominantemente vividas por mulheres, evidenciando, assim, o impacto estrutural da desigualdade de género neste fenómeno.

Considerações finais

A análise das entrevistas evidencia que a condição de sem-abrigo no feminino é marcada por uma acumulação de vulnerabilidades que se reforçam mutuamente:

violência doméstica, precariedade laboral, consumo de substâncias psicoativas, ausência de redes de suporte e desafiliação são fatores que influenciam inquestionavelmente estes processos de exclusão. Estes fatores não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim como manifestações de injustiças estruturais que afetam particularmente as mulheres.

A partir das entrevistas realizadas, constata-se que estas mulheres enfrentam múltiplas vulnerabilidades, muitas vezes desencadeadas por experiências de violência e agravadas por situações de pobreza, instabilidade laboral, de habitação e desafiliação.

A teoria do reconhecimento de Honneth permite compreender como a ausência de reconhecimento nas esferas do amor, dos direitos e da solidariedade agrava os processos de exclusão e reforça a marginalização. A condição de sem-abrigo, neste contexto, não é apenas uma questão de carência económica, mas também de negação de dignidade e pertença social. A este respeito, Nancy Fraser alerta para a necessidade de articular redistribuição e reconhecimento, de modo a garantir plena inclusão social.

A condição de sem-abrigo é, no caso das entrevistadas, o culminar de um ciclo de exclusão profundamente enraizado em desigualdades de género. A invisibilidade destas mulheres, no processo de desenho e implementação de políticas públicas, constitui uma forma de injustiça que perpetua a sua marginalização.

Sendo um fenómeno complexo e pluridimensional é urgente repensar as respostas sociais e as políticas públicas, integrando uma perspetiva interseccional que reconheça e dê resposta às especificidades das vivências individuais e coletivas das mulheres em situação de sem-abrigo. O papel das instituições de apoio revela-se fundamental, não apenas como resposta de emergência, mas como espaço de reconstrução de vínculos, de dignidade e de sentimentos de pertença, e de reconversão identitária.

A justiça social, neste contexto, implica não só o acesso a recursos materiais, mas também o reconhecimento pleno da dignidade e das diferenças de género nas vivências individuais e sociais da situação de sem-abrigo.

Referências bibliográficas

- Aldeia, João (2014), “Para além do pecado e da doença: desconstruindo discursos sobre o fenómeno dos sem-abrigo”, *Sociologia On Line, Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 8 (dezembro), pp. 5-26.
- Amaro, Maria Inês (2015), “A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana”, em Ana Castro, Filomena Diogo e Paula Perista (orgs.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, Transformações e Estudos*, Ribeirão, Edições Húmus, pp. 183-196.
- APS — Associação Portuguesa de Sociologia (1992), *Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia*, Lisboa, APS.
- Bardin, Laurence (2016), *Análise de Conteúdo*, Coimbra, Almedina.
- Bento, António, e Elias Barreto (2002), *Sem-Amor, Sem-Abrigo*, Lisboa, Climeps.

- Brasoveanu, Ionela (2021), "Social policies for inclusion and exclusion of vulnerable groups — homeless people", *Revista Universitara de Sociologie*, 17(3), pp. 297-305.
- Bretherton, Joanne (2017), "Reconsidering gender in homelessness", *European Journal of Homelessness*, 11 (1), pp. 1-22.
- Bretherton, Joanne, e Paula Mayock (2021), *Women's Homelessness. European Evidence Review*, Bruxelas, Feantsa.
- Ferraz, Ana (2020), "O papel do cuidado: mulheres em tempos de COVID-19", em Joana Lages e Sílvia Jorge (orgs.), *Crise Pandémica e Crise na Habitação. Mulheres em Foco*, Lisboa, Dinamia'CET, Iscte-IUL, pp. 88-91.
- Fontes, Paulo (2012), "Sem-abrigo: condições intersubjetivas do reconhecimento", em Rosa Cassiano (org.), *Direitos Humanos e Qualidade de Vida nas Comunidades Falantes de Português nos EUA e Canadá*, Ponta Delgada, Governo dos Açores, pp. 203-211.
- Fontes, Paulo, Hélder Fernandes, e Lídia Fernandes (2022), *À Margem — A Condição de Sem Abrigo nos Açores*, Ponta Delgada, Novo Dia — Associação para a Inclusão Social.
- Fortin, Marie-Fabienne (1999), *O Processo de Investigação. Da Concepção à Realização*, Lisboa, Lusociência.
- Fraser, Nancy, e Axel Honneth (2003), *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*, Londres, Verso.
- Fraser, Nancy (2006), "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós-socialista' ", *Cadernos de Campo*, São Paulo, 14-15, pp. 231-239.
- Fraser, Nancy (2007a), "Reconhecimento sem ética?", *Lua Nova*, São Paulo, 70, pp. 101-138.
- Fraser, Nancy (2007b), *Unruly Practices — Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*, Cambridge, Polity Press.
- Fraser, Nancy (2012), "Luta de classes ou respeito às diferenças? Igualdade, identidades e justiça social, *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 59 (junho), s/pp. (online).
- GIMAE — Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (2018), *ENIPSSA — Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017-2023) — Sumário Executivo*, Lisboa, GIMAE.
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo — Sentidos e Formas de Uso*, Lisboa, Princípia Editora.
- Honneth, Axel (2011), *Luta pelo Reconhecimento. Para Uma Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, Lisboa, Edições 70.
- Lopes, Jackeline (2017), *A Invisibilidade da Mulher em Situação de Sem-Abrigo. A Neutralidade das Políticas e Respostas Sociais sobre a Integração da Perspetiva Transversal de Género em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dissertação de mestrado em Sociologia.
- McNeill, Sarah, Diarmuid O'Donovan, e Niguel Hart (2022), "Access to healthcare for people experiencing homelessness in the UK and Ireland: a scoping review" *BMC Health Services Research*, DOI: <https://doi.org/10.1186/s12913-022-08265-y>
- Nobre, Sónia (2020), "Perspetiva de curso de vida: a situação de sem-abrigo no feminino em Portugal", *Análise Social*, LV (2.^o), n.º 235, pp. 332-354.
- Nobre, Sónia (2021), *Women's Homelessness and Housing Exclusion in the Northern Lisbon Metropolitan Area. An In-depth Exploratory Study*, Lisboa, Faculdade de Ciências

- Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tese de doutoramento em Ecologia Humana .
- Pordata (2025), “No âmbito do Dia da Mulher 2025 Pordata retrata o perfil da mulher em Portugal”, Fundação Francisco Manuel dos Santos, disponível em: https://www.pordata.pt/sites/default/files/2025-03/2025_03_8_pr_dia_da_mulher_final_2.pdf (última consulta em setembro de 2025).
- Quivy, Raymond, e Luc Van Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Reeve, Kesia (2018), “Women and homelessness: putting gender back on the agenda”, *People, Place and Policy*, 11 (3), pp. 165-174, DOI: 10.3351/ppp.2017.8845235448.

Joana Paiva Dias. Técnica superior de serviço social na Cresaçor, Ponta Delgada, São Miguel — Açores, Portugal
E-mail: diasjoana.93@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1179-5202>
Contribuições para o artigo: conceptualização, metodologia, análise formal, investigação, redação do original, revisão e edição.

Daniela Soares. Professora auxiliar convidada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade dos Açores, Ponta Delgada, São Miguel — Açores, Portugal. Membro integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc) e subdiretora do CICS.UAc, Ciência ID E111-ABC6-97B9.
E-mail: daniela.am.soares@uac.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4208-7189>
Contribuições para o artigo: conceptualização, metodologia, análise formal, supervisão, validação, revisão e edição.

Pilar Damião de Medeiros. Professora associada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade dos Açores. Membro integrado e coordenadora do Polo da UAc do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc), Ponta Delgada, São Miguel-Açores, Portugal, Ciência ID B616-01AC-4EA8.
E-mail: pilar.sl.medeiros@uac.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9343-5737>
Contribuições para o artigo: conceptualização, supervisão e validação.

Receção: 13/11/2024 Reformulação: 31/07/2025 Aprovação: 28/08/2025

